



Os desafios da educação inclusiva no Brasil

The challenges of inclusive education in Brazil

Los desafíos de la educación inclusiva en Brasil

Maristela Lima da Mata¹, Selma Rodrigues Queiroz Borges², Rayanne Alves Siqueira³, Eldinéia da Mata Ferreira⁴, Érica Antônia da Mata Ferreira Sousa⁴, Marina Furtado e Rocha⁵, Vanusa Alves de Azevedo⁵, Camila de Oliveira Brito Santos⁶.

RESUMO

Objetivo: Apresentar a importância do apoio educacional para as crianças com deficiência, suas dificuldades, as políticas públicas que norteiam o assunto e como ele impacta na sua formação. **Revisão bibliográfica:** A partir dos trabalhos publicados por autores que se dedicam a área da educação e educação especial, bem como o processo legislativo que a permeia, foram realizadas pesquisas voltadas para o entendimento do assunto, demonstrando a discrepância entre aquilo que é proposto legalmente e a realidade encontrada nas escolas, além dos desafios enfrentados pelos profissionais da educação que buscam atender esses alunos inseridos no sistema regular de ensino, destacando também as dificuldades enfrentadas pelos estudantes com deficiência a uma educação de qualidade, inclusiva e que atendam as suas necessidades. **Considerações finais:** Apesar da educação inclusiva ser um tema em constante discussão, ainda possui muitas barreiras, exigindo a inserção de disciplinas específicas na formação inicial e incentivo na formação continuada de professores nessa área. Além disso, fiscalizações por parte do poder público perante as instituições que ensino, de forma a incentivar e garantir que os alunos com necessidades especiais estão recebendo um ambiente adequado e adaptado as suas condições.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Educação especial, Desafios.

ABSTRACT

Objective: To present the importance of educational support for children with disabilities, their difficulties, the public policies that guide the subject and how it impacts their development. **Literature review:** Based on works published by authors who dedicate themselves to the area of education and special education, as well as the legislative process that permeates it, research was conducted aimed at understanding the subject, demonstrating the discrepancy between what is legally proposed and the reality found in schools, in addition to the challenges faced by education professionals who seek to serve these students inserted in the regular education system, also highlighting the difficulties faced by students with disabilities in obtaining a quality, inclusive education that meets their needs. **Final considerations:** Although inclusive education is a topic of constant discussion, it still has many barriers, requiring the inclusion of specific disciplines in initial training and

¹ Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell (ISEED), Virginópolis - MG.

² Centro Universitário Montes Belos (UniBRAS), São Luís de Montes Belos - GO.

³ Faculdade Afirmativo, Cuiabá - MT.

⁴ Faculdade do Instituto Panamericano (FACIPAN), Cuiabá - MT.

⁵ Faculdades Integradas de Várzea Grande (FIAVEC), Várzea Grande - MT.

⁶ Centro Universitário da Amazônia (UNIESAMAZ), Belém - PA.

incentives for continuing education for teachers in this area. In addition, inspections by the government before educational institutions, in order to encourage and ensure that students with special needs are receiving an adequate environment adapted to their conditions.

Keywords: Inclusive education, Special education, Challenges.

RESUMEN

Objetivo: Presentar la importancia del apoyo educativo a los niños con discapacidad, sus dificultades, las políticas públicas que orientan el tema y cómo impacta en su desarrollo. **Revisión bibliográfica:** Con base en trabajos publicados por autores dedicados al área de educación y educación especial, así como el proceso legislativo que lo permea, se realizó una investigación orientada a la comprensión del tema, demostrando la discrepancia entre lo que se propone legalmente y la realidad encontrada en las escuelas, además de los desafíos que enfrentan los profesionales de la educación que buscan atender a estos estudiantes insertados en el sistema de educación regular, destacando también las dificultades que enfrentan los estudiantes con discapacidad para obtener una educación inclusiva, de calidad y que atienda a sus necesidades. **Consideraciones finales:** Si bien la educación inclusiva es un tema en constante discusión, aún presenta muchas barreras, requiriendo la inclusión de asignaturas específicas en la formación inicial y el fomento de la formación continua del profesorado en esta área. Además, las inspecciones por parte de las autoridades públicas de los centros educativos, con el fin de fomentar y garantizar que los alumnos con necesidades especiales reciban un entorno adecuado y adaptado a sus condiciones.

Palabras clave: Educación inclusiva, Educación especial, Desafíos.

INTRODUÇÃO

A educação se configura como um fenômeno próprio da espécie humana, sendo encontrado em diferentes povos e culturas, atuando como um processo essencial para a formação humana, acionando seus meios intelectuais visando o pleno exercício das suas capacidades racionais, físicas e morais, para administrar de forma independente a sua própria formação. Diante dessa importância, a educação tornou-se um direito fundamental que assegura o seu acesso a todos os setores da sociedade, independente de suas condições físicas, mentais, étnicas, culturais ou linguísticas. Em contrapartida, no Brasil, esse direito não foi estendido de forma igualitária, afetando a parcela menos favorecida da sociedade, como negros, indígenas e pessoas com deficiência (SÁ MA, et al., 2023).

O acesso à Educação no Brasil, assentida como direito a todos e supervisionada pelo Estado, remonta desde a constituição de 1988, assegurando o acesso às instituições de educação infantil, entendendo este espaço como um iniciador do processo de formação de identidade. A partir desse novo olhar, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela lei 8.069/1990, também passa a reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos em desenvolvimento e possuidores do direito a educação, família, afeto e saúde, garantindo seu bem estar. Porém, foi somente com surgimento da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que a educação infantil passou a fazer parte do sistema de ensino do país (DAVID L e CAPELLINI MF, 2014).

A partir disso, a legislação brasileira juntamente da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), que entrou em vigor no Brasil em 2008, também fornece o apoio legal voltado para as pessoas com deficiência. Esta por sua vez define com base na limitação física, mental, sensorial ou intelectual a longo prazo de uma pessoa, é produto de sua interação com o meio social, podendo ocasionar na existência de barreiras, como a discriminação e carência na acessibilidade. Atribuindo assim a responsabilidade ao Estado na proteção e Segurança do PCD em situações de risco ou emergência humanitária, e outros direitos atribuídos que implicam como responsabilidade do poder público e da sociedade. Atribui também a educação como um direito humano fundamental, ressaltando o dever da família (FREITAS WD, 2022).

Pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), colocou em prática um dos compromissos da Comissão retificada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da formulação

de um instrumento que buscava registrar os dados de pessoas com deficiência. A pesquisa registrou que dentre 45.606.048 da população brasileira, 23,9% apresentavam algum tipo de deficiência. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), de aproximadamente 15% da população global, 10% são compostas por crianças que nasceram ou adquiriram algum tipo de deficiência física, mental ou sensorial, que por sua vez, causaram uma repercussão negativa no seu desenvolvimento. No âmbito nacional, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) divulgada em 2019, cerca de 17,3 milhões se configuravam como pessoas com deficiência, correspondendo a 8,4% dos brasileiros. Destes números, 1,5% se tratavam de crianças de 2 a 9 anos, e 3,3% de adolescentes com faixa etária de 10 a 17 anos (IBGE, 2010; AMBROSIO BA, et al., 2023).

A importância do apoio educacional é um tema amplamente discutido na atualidade, bem como a implementação de meios visando possíveis soluções para a sua efetivação. Levando em consideração as mudanças sociais ocorridas e a maior participação das pessoas com deficiência em todas as instâncias da sociedade, como também nas escolas de todo o país, foi criada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Esta busca promover e assegurar o direito a educação inclusiva nos diferentes níveis de ensino. Contudo, o arcabouço legal não se materializou completamente, embora apresente avanços significativos na área, o país ainda encontra dificuldades no que diz respeito a proteção social, de forma a apresentar mudanças para a exclusão social que atinge essa parcela da população. (PINHEIRO CO, et al., 2021; GUIMARÃES CA, et al., 2021).

Diante deste cenário, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a importância do apoio educacional para as crianças com deficiência, ressaltando as dificuldades enfrentadas por esses estudantes ao acesso a uma educação de qualidade, bem como a compreensão das políticas públicas que permeiam a sua inclusão e seu desenvolvimento dentro da educação básica, e como esses fatores podem impactar no seu processo de formação, a partir do levantamento de estudos publicados entre os anos de 2019 a 2025, encontrados nas plataformas BDTD, RIIIF Goiano, Scielo e Google Acadêmico.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Leis que Norteiam a Educação Especial

Segundo Machado AG (2021), em seu trabalho sobre A Trajetória da Legislação na Educação Especial e Inclusiva Brasileira, o termo atual utilizado para se referir ao público-alvo desta modalidade é transmitido por meio de Pessoa, Aluno ou professor com deficiência. As nomenclaturas anteriormente utilizadas como “portadores de deficiência”, “deficiente” e “pessoas com necessidades especiais”, foram deixadas no esquecimento, tendo como justificativa o embasamento da educação inclusiva através do cientificismo, incluindo a mesma nas diversas áreas do conhecimento, visando garantir a pluralidade cultural no convívio coletivo, e a elevação do potencial encontrado em cada indivíduo, bem como a promoção de relações sociais mais justas e humanitárias.

De modo geral entende-se que o direito de igualdade é assegurado a toda a população brasileira pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo aplicada também na educação. Dessa forma, assegura a escolarização a todos os estudantes do país, incluindo aqueles que requerem uma educação especial, que estão inseridos no ensino regular e são apoiados pelas leis que regulam o ensino nas redes públicas e privadas. A educação então é definida como um bem jurídico, individual e coletivo, sendo de direito do cidadão e dever do Estado, como decretado no artº6, de forma a assegurar os direitos educacionais dos alunos, da escola e da família (ALMEIDA LM, et al., 2020; KASSAR CM, et al., 2019).

Para Pereira AR, et al. (2019), aponta que não muito distante da realidade atualmente conhecida, os alunos em situação de deficiência inseridos no sistema educacional brasileiro, eram separados em escola regular e escola especial, podendo frequentar apenas uma das modalidades de ensino. Essas pessoas eram afastadas de suas famílias com a justificativa de passarem por tratamento e serem educadas por instituições e escolas especiais. Porém, essa segregação foi alvo de críticas por parte de profissionais ligados a área da educação, trazendo um novo olhar sobre o assunto, atribuindo a deficiência como uma condição do ser humano, não impedindo o processo de aprendizado, mas exigindo uma remodelação (DUPIN SQ E SILVA MO, 2020).

Diante disso, Silva LN, et al. (2022) expõe que os intensos debates e reflexões vem alterando o cenário atual, a partir do desenvolvimento de novas práticas que visam incluir esses alunos no ensino regular, auxiliadas pela legislação. Como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que garante os direitos da criança com deficiência, ofertando rede de serviços articulados, buscando uma atuação intersetorial, nos diferentes níveis de complexidade, com o objetivo de atender às necessidades específicas de cada pessoa com deficiência.

De acordo com Brito MC e Lima KC (2023), a promulgação da Lei 9.394, do ano de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil (LDB), também trouxe um novo olhar para a educação inclusiva, onde a mesma deve ser oferecida em classes regulares, e os alunos portadores de necessidades educativas especiais possam conviver juntamente com os demais. Além disso, declara que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes métodos, organização e recursos específicos, como uma forma de atender as necessidades exigidas de acordo com suas deficiências, dificuldades de aprendizagem e/ou superdotação. Evidenciando assim o Plano Nacional de Educação, prescrito na constituição de 1988, que por sua vez, reafirma as finalidades propostas na LDB, onde neste se estabelece os objetivos e metas para a educação nacional.

Além disso, é importante ressaltar também a Declaração de Salamanca. Esta é tida como um dos principais documentos relacionados a inclusão escolar dos estudantes com necessidades educativas especiais, originando-se a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, realizada em 1994 na Espanha, em parceria com as Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO). Possuía como objetivo ampliar o conceito dessas necessidades educativas, de forma a incluir todas as crianças, que para serem educadas de forma adequada, necessitam de adaptações por parte da instituição de ensino na qual estão inseridas (PASSOS, 2024).

Apesar dos esforços apoiados pela legislação, na prática, esse processo de inclusão é marcado por discrepâncias significativas oriundas de instituições de ensino, que pecam em auxílio fornecido aos alunos que necessitam dessa atenção, e capacitação de profissionais que saibam ministrar o ambiente, incluindo a criança em cada etapa do processo de ensino aprendizagem.

Perspectiva dos professores na educação especial

Segundo Oliveira T (2024), em seu trabalho voltado para As Percepções dos Professores de uma Escola Municipal sobre a Inclusão de Estudantes em Situação de Deficiência, afirma que a modalidade de Ensino Especial na perspectiva da Educação Inclusiva foi feita de acordo com os princípios de uma escola que promova para cada aluno a possibilidade de desenvolver seu aprendizado levando em consideração a sua aptidão, interesse e capacidades. Além disso, a educação inclusiva vem ganhando espaço em meio a discussões sociais relacionadas a esses alunos, de modo a ser inserida em todas as modalidades da educação, garantindo maior visibilidade para as pessoas em situação de deficiência e proporcionando uma educação desenvolvida a partir de uma perspectiva de respeito.

Apesar do crescimento do discurso inclusivo no ensino regular brasileiro, diversos pesquisadores da área da educação apontam a permanência de barreiras, que por sua vez dificultam a atuação do docente nas instituições de ensino. Esses problemas são atribuídos a carência de condições de trabalho apropriadas, e de conhecimentos específicos presentes no processo de ensino-aprendizagem. Outra parte significativa de educadores apresentam insegurança durante sua atuação, justificada pela carência na formação profissional, ocasionando em um despreparo na promoção das ações pedagógicas que atendam as necessidades educacionais do alunado em questão. Nesse contexto, o professor deve buscar uma qualificação adequada, de forma a se adequar às recentes configurações socioeducacionais (SANTOS CS e FALCÃO MB, 2020).

A partir disso, foram adotadas estratégias voltadas para a formação docente visando a sua atuação na educação especial, com o objetivo de consolidar essa inclusão. Exigiu-se então uma formação mais especializada, reflexiva e criativa, amparada pelo conhecimento científico acumulado a respeito das competências e habilidades necessárias para a sua atuação. Dessa forma, o professor deve desenvolver a capacidade de selecionar conteúdos, organizar estratégias e metodologias direcionadas e diversificadas, como uma forma de oferecer ao alunado como um todo, a aprendizagem necessária independente da sua condição (POKER RB, et al., 2021).

No que condiz a formação do professor de educação especial, o profissional pode optar pela formação inicial de nível superior em Licenciatura em Educação Especial, ou inicialmente cursar Licenciatura e aplicar uma formação continuada em nível de pós-graduação em Educação Especial em instituições que são devidamente registradas no MEC. O docente então deve possuir uma formação inicial que o prepare para sua atuação na docência, bem como a formação específica visando o melhor atendimento do público-alvo da educação especial. Vale ressaltar que as devidas formações podem ser feitas também por profissionais que já estejam em exercício da função (ESPER MV, et al., 2022).

De acordo com as autoras Silva LR e Silva JS (2023), a formação inicial é construída de forma abrangente, abordando os assuntos que são necessários para o desempenho na profissão. Para um melhor aprofundamento das disciplinas a serem lecionadas, os programas de formação incluem estudos de teorias educacionais, metodologias de ensino, psicologia da aprendizagem, gestão de sala de aula e práticas pedagógicas, pois tem como objetivo dominar a área formativa. Porém a formação inicial é entendida como um ponto de partida, e por sua vez, é insuficiente para atender os desafios e complexidades exigidos pela educação especial. Consequentemente, a formação continuada é fundamental para o pleno desempenho na área, podendo ser obtida por meio de eventos científicos, grupos de pesquisa e qualificações a nível *lato sensu* ou *stricto sensu* (SILVA EA, et al., 2023).

A formação profissional de professores pode ser intermediada por uma formação continuada, sem a necessidade de uma formação específica, como ocorre com os professores do ensino regular, mesmo que estes possuam maior carga-horária de escolarização ou diante da presença de estudantes que possuam necessidades especiais em suas salas de aula. Isso justifica diversos estudos que apontam para uma parcela de professores que não se sentem devidamente preparados para auxiliar esses alunos, principalmente em casos de maior complexidade. Dessa forma, se faz necessário maiores investimentos nas formações, sejam elas inicial ou continuada de profissionais da educação, como uma forma de atender a demanda cada vez maior de alunos com deficiência matriculados na escola regular (OLIVEIRA LM, et al., 2021; LOBO SN, et al., 2024).

Perspectiva das crianças com deficiência

Segundo os dados divulgados pelo Fundo das nações Unidas para a Infância (UNICEF), de uma perspectiva mundial de permanência e acesso a escola, os estudantes portadores de deficiência possuem maiores chances de desistir de frequentar à escola, onde 47% apresentam maior probabilidade de não cursarem o Ensino Fundamental I e uma parcela de 42% não conseguem concluir a alfabetização, possuindo dificuldades até mesmo com conceitos básicos de matemática. Em contexto Nacional, as desigualdades educacionais vividas por esse alunado na rede regular de ensino também alcançam níveis alarmantes, no qual 67,6% não tiveram acesso a educação formal ou não conseguiram concluir o Ensino Fundamental, apenas 16,6% cursaram o Ensino Médio e 5% conseguiram completar o Ensino Superior (ROCHA EF, et al., 2022).

No que tange a política de inclusão para a permanência dos alunos no sistema regular de ensino, não consiste apenas na sua permanência física na instituição de ensino, mas sim focar na busca por métodos que impulsionem o desenvolvimento do potencial do aluno, respeitando as diferenças e atendendo as suas necessidades. As práticas pedagógicas para a inclusão escolar possuem como objetivo garantir aos estudantes uma educação significativa e equitativa, independente das suas condições, a partir do planejamento de estratégias inclusivas e métodos diversificados, aprimorados de acordo com as necessidades do aluno. Estas são colocadas em prática por meio do desenvolvimento de materiais, atividades e avaliações adaptadas, de forma que a criança com deficiência possa participar do processo educacional (ALMEIDA, et al., 2024; CABRAL, et al., 2024).

O autor Gomes SO (2025), em seu trabalho sobre o Papel da Educação Infantil na construção Escolar, aponta a promoção de um currículo adaptável, como uma ferramenta necessária para a inclusão. A flexibilização curricular permite que o professor realize ajustes no seu planejamento pedagógico, a partir de atividades diferenciadas, ou através de tecnologias assistivas, como softwares educacionais e dispositivos

especializados, que facilitam o acesso das crianças com deficiência ao conteúdo escolar, e que ao mesmo tempo não prejudique a participação dos demais alunos. Este currículo busca ajustar a educação ao nível intelectual apropriado desses alunos incluídos na rede regular de ensino, oferecendo atividades contextualizadas, adequadas ao seu nível de ensino, potencializando assim o seu aprendizado (COELHO CP, et al., 2019).

No entanto, apesar dos benefícios proporcionados por uma educação inclusiva, ainda há um distanciamento significativo daquilo que é estabelecido de forma teórica e o que é colocado em prática. De acordo com Silva EF (2024), existem barreiras que dificultam a participação das pessoas com deficiência na convivência em sociedade e no ambiente educacional, propondo uma reflexão sobre os principais pontos que colaboram para o insucesso dessa inclusão, sendo estes relacionados as políticas públicas, àqueles referentes aos sistemas educacionais, à prática pedagógica e os intrínsecos aos alunos.

Para Gramville LM (2025), alguns desafios estão relacionados a infraestrutura das instituições de ensino, que nem sempre se mostram adaptadas para receber esses alunos, seja na forma de acessibilidade física ou no que diz respeito ao fornecimento de recursos pedagógicos e tecnologias assistivas. A carência na implementação e fornecimento dessas políticas inclusivas estão associadas muitas vezes a falta de recursos financeiros, comprometendo o acesso e permanência a longo prazo da criança com deficiência na escola. Vale ressaltar também, o preconceito carregado pela sociedade em relação a inclusão dessas pessoas, muitas vezes relacionados aos eventos históricos que colaboraram com a formação desse pensamento separatista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que o país passou por diversas modificações legislativas que contribuíram para o desenvolvimento das políticas públicas responsáveis pelo amparo de crianças com necessidades especiais nas instituições de ensino, porém, na prática, ainda há muito a ser feito. No que tange as dificuldades enfrentadas, um destaque deve ser dado aos profissionais da educação básica, que se apresentam inseguros mediante o ensino dessas crianças. Dessa forma, se faz necessário a inclusão de uma formação teórica mais específica, além de uma formação inicial e continuada elaborada, orientando o futuro professor para fornecimento de uma educação mais inclusiva. O acesso e permanência desses alunos, vai além da legislação já imposta, uma vez que as instituições responsáveis devem se mostrar preparadas para o seu acolhimento, promovendo um ambiente físico bem desenvolvido, a partir da aplicação objetos facilitadores e eliminando obstáculos que prejudiquem a livre circulação, até a utilização de tecnologias assistivas, com currículo escolar adaptado promovendo uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA LM, et al. Educação inclusiva: um panorama sobre o desenvolvimento e efetivação do ensino inclusivo no interior do Amazonas. *Revista Prática Docente*, 2020; 5(2): 1428-1448.
2. ALMEIDA AP et al. Literatura e Inclusão: práticas pedagógicas para a diversidade. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2024; 10(11): 5626-5642.
3. AMBROSIO BA, et al. Crianças e adolescentes com deficiência: desafios na formação médica. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 2023; 47(02): e057.
4. BRITO MC, LIMA KC. Educação Inclusiva e Prática Pedagógica no Contexto de Ensino-Aprendizagem da Criança Com Deficiência: Uma Revisão de Literatura. 2023.
5. CABRAL D, et al. O Uso de Ferramentas Digitais para o Desenvolvimento Cognitivo na Educação Infantil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2024; 10(11): 5850-5862.
6. COELHO CP, et al. Visões sobre inclusão escolar no contexto de Educação Especial: PCN X BNCC. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 2019; 8(2): 158-174.
7. DAVID L, CAPELLINI MF. O ensino colaborativo como facilitador da inclusão da criança com deficiência na educação infantil. *Nuances: estudos sobre Educação*, 2014; 25(2): 189-209.
8. DUPIN SQ, SILVA MO. Educação especial e a legislação brasileira: revisão de literatura. *Scientia Vitae*, 2020; 10: 29.

9. ESPER MV, et al. Atuação do professor de Educação Especial no cenário da pandemia de Covid-19. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2022; 28: e0092.
10. FREITAS WD. O Acesso à Educação das Pessoas com Deficiência: uma análise da exclusão das crianças e adolescentes beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Editora Dialética, 2022.
11. GOMES SO. O Papel da Educação Infantil na Construção da Inclusão Escolar. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2025; 11(2): 1400-1417.
12. GUIMARÃES CA, et al. Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de educação inclusiva: da educação básica ao ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2021; 27: e0059.
13. GRAMVILLE LM. Adaptação Curricular no Processo de Inclusão Escolar. *Revista Ilustração*, 2025; 6(1): 111-122.
14. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010: características da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
15. KASSAR CM, et al. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira. *Educação e Pesquisa*, 2019; 45: e217170.
16. LOBO SN, et al. Formação de professores e Educação Especial: análise das matrizes curriculares das licenciaturas públicas do estado do Rio de Janeiro. *Revista Educação Especial*, 2024; e34/1-27.
17. MACHADO AG. A Educação Especial e Inclusiva na Legislação até o Decreto Nº 10.502/2020. Dissertação (Pós-graduação em Docência no Ensino Superior) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Instituto Federal Goiano, Ipameri. 2021.
18. OLIVEIRA LM, et al. Formação de professores para Educação Especial: perspectivas históricas entre Brasil e Portugal. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, 2021; 12(3): 02-08.
19. OLIVEIRA T. Percepções de professoras de uma escola municipal sobre a inclusão de estudantes em situação de deficiência. Dissertação (mestrado interdisciplinar em educação) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis. 2024.
20. PASSOS LA. As Finalidades Educativas Escolares Implícitas na Declaração de Salamanca e sua Materialização nas Políticas Públicas para a Inclusão Escolar no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Acadêmico. Faculdade de Inhumas, Goiás, 2023.
21. PEREIRA AR, et al. Memória e educação inclusiva: a prática de um grupo de professores de ciências naturais que trabalham com alunos deficientes, cidade de Marabá (PA). *Brazilian Applied Science Review*, 2019; 3(2): 1304-1314.
22. PINHEIRO CO, et al. Caracterização das relações interpessoais entre alunos com deficiência intelectual e seus pares. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2021; 25: e287839.
23. POKER RB, et al. Educação inclusiva: em foco a formação de professores. Editora Oficina Universitária, 2021.
24. ROCHA EF, et al. João e Maria vão à escola: narrativas dos pais e educadores sobre a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 2022; 32(1-3): e204944.
25. SÁ MA, et al. Escolares indígenas com deficiência no Brasil: uma análise a partir do Censo Escolar da Educação Básica (2010, 2015 e 2020). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 2023; 104: e5234.
26. SANTOS CS, FALCÃO MB. Educação especial inclusiva e formação de professores: Contribuições teóricas e práticas. Editora Appris, 2020.
27. SILVA LN, et al. Desafios à intersetorialidade no cuidado das crianças com deficiência na perspectiva de profissionais da educação. *Cadernos de Saúde Pública*, 2022; 38: e00256021.
28. SILVA LR, SILVA JS. A formação inicial de professores na voz de concluintes de um curso de pedagogia. *Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas*, 2023; 8: 1.
29. SILVA EA, et al. Educação especial na perspectiva inclusiva: formação de professores em uma escola no município de Humaitá-Amazonas. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades) – Instituto Educação, Agricultura e Ambiente. Universidade Federal do Amazonas, Humaitá, 2023.
30. SILVA EF. Educação inclusiva no ensino fundamental: recursos, dificuldades, relacionamentos interpessoais e as habilidades sociais. Dissertação (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2024.